



ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Cáceres/MT, 27 e 28 de outubro de 2015.

01 | Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e quinze, às oito horas, no
02 | Auditório “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont,
03 | nº 1.095, Bairro DNER, em Cáceres-MT, foi realizada a 3ª Sessão Ordinária de
04 | dois mil e quinze do Conselho Universitário, da Universidade do Estado de Mato
05 | Grosso – UNEMAT, sob a presidência da Professora Ana Maria Di Renzo,
06 | presidente do CONSUNI, e secretariada por mim, Silvana Mara Lente. Fizeram-
07 | se presentes os conselheiros: Ivan Cleiton de Oliveira Silva, Vinícius Augusto
08 | Moraes, Gislaine Aparecida de Carvalho, Milton Chicalé Correia, Luiz Carlos
09 | Pascuali, Eveline Nunes Costa, Adailton Alves da Silva, Luiz Jorge Brasilino da
10 | Silva, Solange Kimie Ikeda Castrillon, Marcos Francisco Borges, Alcione
11 | Lescano de Souza Junior, Dilma Lourença da Costa, Tales Nereu Borgoni,
12 | Alfredo Zenen Domínguez González, Luiz Antonio Barbosa Soares, Evaldo
13 | Ferreira, Marcia Helena Vargas Manfrinato, Ricardo Keichi Umetsu, Eurico Lucas
14 | de Souza Neto, Heitor Marcos Kirsch, Marion Machado Cunha, Adil Antonio
15 | Alves de Oliveira, Anderson Fernandes de Miranda, Cleci Grzebieluckas, Dirceu
16 | da Rosa Martins, Marcelo Berigo, Gabriel Schardong Ferrão, Reinaldo Norberto
17 | da Silva, Welton Neves Vilela, Claudeir Dias, Claudinei da Silva Lara, Jeferson
18 | Odair Diel, Paulo Roberto Pimenta, Fabiana Leite de Souza, Thiago Fernando
19 | dos Santos, Vitor Hugo Barbosa Inocêncio, Gildete Evangelista e, Thiarles Diego
20 | dos Santos. Agilson Poquiviqui, Marinez Cargin Stielier, Luzia Aparecida Oliva
21 | dos Santos, e, Luiz Carlos Pascuali teve ausência justificadas. Após verificação
22 | de *quorum*, em segunda chamada, inicia-se a sessão, regida em conformidade
23 | com a Resolução nº 017/2012 – CONSUNI. A presidente cumprimenta a todos,
24 | agradece a presença e passa-se aos informes do dia. O pro-reitor de Pesquisa
25 | de Graduação professor Rodrigo profere suas informações quanto aos eventos
26 | realizados nestes últimos meses, quanto à pesquisa e ainda quanto a pós-
27 | graduação, em relação aos programas, financiamentos e bolsas. Informou que
28 | em relação à pós-graduação tudo deverá passar e tramitar pela faculdade, e
29 | ainda esclareceu quanto aos repasses da CAPES, e ainda quanto à lotação de
30 | docentes na pós-graduação seja informado à pró-reitoria de administração, que
31 | a pós-graduação deve prever em seus projetos 70% dos docentes sejam do



01 | local onde será realizada, não se tem expectativa de aumento de bolsas da
02 | CAPES, e, que a FAPEMAT vem suprindo essas necessidades. Lembra o
03 | número de inscritos na Jornada Científica, os trabalhos inscritos e apresentados,
04 | lembra que são aproximadamente cento e cinquenta bolsas de iniciação
05 | científica, e, parabeniza os câmpus, e informa que para o ano que vem terá um
06 | Work Shop em pesquisa. A pró-reitoria Vera Maquea informa sobre o V Encontro
07 | de Gestores, com pauta para diretores, coordenadores e secretários de cursos,
08 | que este encontro foi técnico onde a PRAD teve um papel fundamental neste
09 | processo. Que foi pensado sobre uma organização para que se evitem os
10 | processos seletivos durante todo o semestre letivo. Que está sendo pensado um
11 | sistema de avaliação do ensino superior estadual, onde se espera integrar o
12 | SINAES, porém sabe-se que este não atende nossos interesses. Acredita que
13 | seria preciso considerar os índices de avaliação do curso e outros indicadores
14 | para somar na avaliação institucional. Que a SECITECI apresentou uma
15 | proposta e alguns professores estão reunidos para a discussão desta proposta
16 | que será apresentada como minuta de lei para apreciação. A questão de
17 | formação de professores está sendo apresentada ao governador, com o intuito
18 | de se buscar melhorias neste processo de formação continuada. Quanto as
19 | vagas remanescentes, destaca o sistema de créditos, e que este ainda não está
20 | organizado. Que na última reunião do CONEPE foi constituída uma comissão
21 | para estudar sobre as vagas remanescentes para melhor cumprimento das
22 | mesmas sem prejuízos acadêmicos. O pró-reitor Francisco Lledo informa sobre
23 | os repasses orçamentários, e lembra quanto ao final do exercício, e as
24 | limitações de recursos, porém foi solicitado o aumento orçamentário dado ao
25 | excesso de arrecadação, e, que ainda terá mais dois repasses até o final do ano
26 | a todos os câmpus. Que será divulgado por campus a execução de cada um
27 | para conhecimento de todos. Que se iniciou o Processo MT conectado a fim de
28 | fazer conexão em todo estado, e, foi iniciado uma conversa com a operadora e
29 | está se comprometeu a melhorar a qualidade da internet em cada campus, e,
30 | que já vem sendo executada. Quanto ao PEP agradece aos câmpus pela
31 | participação e esclarece que as informações lançadas deverão ser discutidas e
32 | validadas na reunião de novembro, e assim apresentar um relatório e posterior
33 | produção do planejamento. Que o relatório provavelmente deverá ser



01 | apresentado em dezembro, e que para a definição dos repasses para o ano que
02 | vem o governo quer ver o objetivo estratégico. O pró-reitor Alexandre Porto
03 | informa quanto a meta do projeto Rondon não foi alcançada, a qual era de cinco
04 | projetos. Que na jornada científica foram apresentados cem trabalhos de
05 | extensão, que no encontro de gestores foi apresentada a minuta de creditação, e
06 | que isto está sendo pensado e discutido, para atender o plano nacional de
07 | educação, que isto está sendo discutido em todos os fóruns de educação
08 | superior. Quanto ao PROEXT 2014 não houve recurso para nenhuma estadual,
09 | e que está sendo pensado para o ano que vem as olimpíadas e festival de
10 | música. O pró-reitor Danzer informa quanto aos contratos de professores quanto
11 | ao processo seletivo, em relação a demora do encaminhamento dos processos
12 | para realização de seletivo e isto vai pesar para o semestre que vem. Que em
13 | relação a demora de processos de contratação, ainda persiste, hoje tem
14 | aproximadamente cem processos que chegaram atrasados, e tem professores
15 | com quatro meses de atraso no pagamento. Agradece o cuidado das faculdades
16 | que cumpriram com os prazos e entregas dos processos de contratação de
17 | professores. Que em relação a nomeação dos técnicos, não foi efetivado visto
18 | os limites de despesa com pessoal. Que tem um pedido para realização de
19 | concurso público para os câmpus de Diamantino e Nova Mutun, e isto ainda não
20 | está definido. Que a comissão ética da instituição está em processo de
21 | capacitação e posteriormente fará um trabalho preventivo em todos os câmpus.
22 | Quanto ao tempo de serviço a secretaria de gestão de pessoas fará uma nova
23 | avaliação para a contagem do tempo de serviço de interino dos então
24 | professores efetivos. A presidente pede aos senhores conselheiros façam os
25 | repasses dos informes aos câmpus, e lembra que não se pode mais chamar o
26 | regime de trabalho de TIIDE. Informa quanto as emendas parlamentares
27 | estaduais destinadas à Unemat em prol de infraestrutura. Que se busca
28 | aumento de recursos da FAPEMAT em maior escala para a universidade, e, que
29 | espera buscar mais dinheiro, e que foi recentemente aprovado recursos para
30 | periódicos. Que há uma grande tendência de pós-graduação em prol de
31 | formação profissional. Que a prestação de contas da FAESPE será feita em data
32 | oportuna não sendo possível para esta sessão por motivos de saúde do
33 | professor Wilbun. Esclarece o ocorrido em Colíder a fim de evitar especulações,



01 | que não foi à reitoria que impôs esta discussão nem tão pouco o professor
02 | Tales, e que é de conhecimento de todos a falta de preenchimento das vagas,
03 | chegando a decisão local de migração dos cursos para outros câmpus, e que foi
04 | constituída comissão para estudo e apresentação de proposta a este conselho,
05 | que a proposta é readequação do campus, não é fechamento. Consulta os
06 | conselheiros que tem interesse em fazer informes, passando a palavra ao
07 | conselheiro Reinaldo, o qual informa que foi eleito como diretor administrativo do
08 | campus de Cáceres, esclarecendo o pelo da diretoria e suas atribuições e
09 | responsabilidades. Lembra quanto a redução dos repasses aos câmpus, e que
10 | isto prejudica o bom andamento do mesmo, e, que isto recair sobre a diretoria
11 | administrativa, neste sentido conta com o apoio da reitoria para atender as
12 | solicitações necessárias. A presidente procede à posse do conselheiro
13 | Alexandre Cesar Faleiro, representante docente do campus de Tangará da
14 | Serra. Ato contínuo passa-se às aprovações das atas da 2ª sessão e da 1ª
15 | sessão extraordinária deste conselho. A presidente procede à leitura da pauta
16 | proposta, abrindo para inclusão de itens de pauta, sendo que houve os
17 | seguintes: Item 01. Regimento da Editora da Unemat. Em regime de votação:
18 | fica incluída a pauta com 33 votos favoráveis, 00 voto contrário e 01 abstenção.
19 | Item 02. Regimento para remoção definitiva. Em regime de votação: fica incluída
20 | a pauta com 33 votos favoráveis, 00 voto contrário e 02 abstenções. O
21 | conselheiro Marcos pede questão de ordem a qual lhe é concedida e esclarece
22 | que será preciso inverter a Pauta 05 da proposta original, sobre o regimento,
23 | uma vez que tem conselheiro que estão votando e que talvez não continue a ter
24 | direito a voto dependendo do resultado da pauta 05. A presidente esclarece que
25 | pela ordem é inclusão, retirada e inversão de pauta, e questiona o conselheiro
26 | se o mesmo já vai fazer a propositura da inversão, sendo que o mesmo
27 | manifesta afirmativamente. A presidente coloca em regime de votação a
28 | proposta do conselheiro Marcos: Que se interrompa a inclusão de pauta e passe
29 | a inversão de pauta. Em regime de votação: 05 votos favoráveis, 23 voto
30 | contrário e 03 abstenções. Assim, prossegue dando sequencia à inclusão: Item
31 | 03. Autorização de aumento de vagas para oferta de duas turmas da educação
32 | indígena. Em regime de votação: 30 votos favoráveis, 00 voto contrário e 01
33 | abstenção. Item 04. Calendário das reuniões do CONSUNI. Em regime de



01 | votação: 34 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. Item 05.
02 | Proposta da Prefeitura de Rondonópolis para Reorganização dos Cursos em
03 | Regiões Estratégicas (Rondonópolis e Várzea Grande). A presidente procede a
04 | leitura dos documentos apresentados quando do pedido de inclusão de pauta e
05 | pela prefeitura de Rondonópolis, projetando a proposta aos senhores
06 | conselheiros. Esclarecendo que a preocupação se restringe aos custos com esta
07 | implantação, que houve uma comissão constituída para proceder ao estudo e
08 | futura proposta, e, sugere que estes documentos sejam remetidos a esta
09 | comissão para posterior apresentação de proposta, que a gestão se
10 | compromete dar apoio aos trabalhos da comissão. Esclarece que não seria
11 | inclusão de pauta e propõe que não seja ponto de pauta e sim encaminhamento
12 | dos documentos à comissão já existente. Sendo proposta pelo conselheiro
13 | Marion que fosse votado primeiramente a inclusão. Acatada a proposta pela
14 | mesa, o ponto foi colocado em votação. O professor Isaac pede a palavra para
15 | apresentar sobre a matéria de inclusão de pauta, a mesa após consulta aos
16 | conselheiros concede a palavra ao professor que tece suas considerações sobre
17 | o assunto, esclarecendo que um grupo é contra o fechamento do campus de
18 | Alto Araguaia, que muitas ações foram feitas pela gestão para se resolver a
19 | questão do não preenchimento das vagas. Que a comissão anterior de estudo
20 | sobre a implantação do campus em Rondonópolis não foi levado em
21 | consideração à proposta da prefeitura. A presidente afirma que não fará
22 | nenhuma reunião para tratar politicamente sobre esse assunto sem a presença
23 | da equipe institucionalizada aqui, pensa que não deve expor a instituição sem
24 | uma profunda análise quanto à criação de um campus. Pede a presidente da
25 | comissão professora Gislaine para que se faça um amplo estudo envolvendo
26 | todos os colegas e as possibilidades possíveis, que a comissão ouça os pares
27 | do campus e que sejam estudadas as propostas apresentadas. Em regime de
28 | votação a inclusão do item de pauta: 23 votos favoráveis, 10 voto contrário e 02
29 | abstenções. Não havendo nenhuma proposta de inclusão de pauta dos
30 | senhores conselheiros passa-se a retirada de pauta, não havendo passa-se a
31 | inversão de pauta, sendo proposto pela mesa a inversão do item 5 para o 1º
32 | ponto. Em regime de votação: fica aprovada a inversão com 33 votos favoráveis,
33 | 00 voto favorável, e, 01 abstenção. Ficando assim definida a ordem do dia: **5.**



01 **Regimentos do CONEPE e CONSUNI:** Revogação do artigo 86 da Resolução
02 nº 017/2012-CONSUNI; Revogação do item 1.2.1.1 do Edital nº
03 001/2015/Reitoria/ASSOC e seus efeitos; Deliberação sobre os atos aprovados
04 pelo CONSUNI nas sessões de 2015; e, Revogação da Resolução nº 075/2015-
05 CONSUNI e retorno das vagas ao *Campus* de Luciara. **1. Homologações das**
06 **Resoluções Ad Referendum do CONSUNI;** 1.1 - Resolução nº 008/2015 -
07 Dispõe sobre a Remoção Temporária de servidores docentes da Universidade
08 do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. 1.2 - Resolução nº 009/2015 - Dispõe
09 sobre a Comissão para conduzir o processo eleitoral para eleição dos
10 integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Docente-
11 COPAD. 1.3 - Resolução nº 010/2015 - Altera a Resolução nº 074/2015-
12 CONSUNI, que define o calendário de reuniões das Sessões Ordinárias do ano
13 de 2015 do Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade do Estado de
14 Mato Grosso. **2. CÂMARA SETORIAL DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO.** 2.1-
15 Curso de Bacharelado em Direito, a ser ofertado pelo Programa
16 Parceladas/UNEMAT, - Vila Rica; 2.2 – Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*
17 “Estudos Literários: Memória e Identidade”. **3. CÂMARA SETORIAL DE**
18 **LEGISLAÇÃO.** 3.1 - Regimento dos Colegiados Regionais da UNEMAT (Art. 4º;
19 alínea “a”). 3.2 - Regimento das Bibliotecas. 3.3 – Regimento do NEPITUR. **4.**
20 **Resultado das Comissões Temporárias:** 4.1 - Regimento Geral da UNEMAT.
21 4.2 - III Congresso Universitário. 4.3 - Critérios de distribuição de recursos da
22 Administração Central para os câmpus Universitários. 4.4 - Estudo e
23 reorganização da política de oferta de cursos do *Campus* Universitário de Alto
24 Araguaia. Pautas inclusas: Ponto de Pauta 06. Regimento da Editora da
25 Unemat. Ponto de Pauta 07. Regimento para remoção definitiva. Ponto de Pauta
26 08. Autorização de aumento de vagas para oferta de duas turmas da educação
27 indígena. Ponto de Pauta 09. Calendário das reuniões do CONSUNI. Ponto de
28 Pauta 10. Proposta da Prefeitura de Rondonópolis para Reorganização dos
29 Cursos em Regiões Estratégicas (Rondonópolis e Várzea Grande). Ato contínuo
30 a presidente coloca em regime de discussão o item 5, da pauta, esclarecendo
31 quanto a representação temporária de Luciara conforme artigo 86 da Resolução
32 nº 017/2012-CONSUNI, assim com base no regimento foi realizada a eleição,
33 estando presente no item 1.2.1.1 do Edital nº 001/2015/Reitoria/ASSOC, porém,



01 afirma que isto foi denunciado ao Ministério Público pela ADUNEMAT e pelo
02 técnico Amir, pedindo revogação destes atos, que foi firmado um acordo com o
03 Ministério Público o qual foi apresentado aos conselheiros para conhecimento
04 quanto ao comprometimento da reitoria em trazer para o conselho a proposta de
05 revogação do artigo 86 da Resolução n. 017/2012; supressão do item 1.2.1.1 do
06 Edital nº 001/2015/Reitoria/ASSOC e seus efeitos, e a suspensão da posse dos
07 conselheiros; bem como a Deliberação sobre os atos aprovados pelo CONSUNI
08 nas sessões de 2015. Assim, coloca em regime de discussão, não havendo
09 manifestação dos conselheiros passa-se ao regime de votação. Em regime de
10 votação quanto à revogação do artigo 86 da Resolução n. 017/2012. O
11 conselheiro Adil pede questão de esclarecimento, quanto à legalidade
12 apresentada sobre a matéria, sendo esclarecido pela presidente quanto ao
13 previsto no Estatuto que a representação nos conselhos é de livre candidatura e
14 que apenas membro nato seria a presidência. Procedendo a leitura do previsto
15 no Estatuto da Unemat. O conselheiro Milton Chicalé pede questão de ordem e
16 manifesta que a rigor compreende este ponto, porém questiona que esta é uma
17 prática recorrente há muitos anos e que ninguém arguiu sobre isso, que não
18 havia necessidade de recorrer ao Ministério Público, que deveria ter requerido
19 administrativamente, que lamenta esse tipo de coisa, e se alguém começar a
20 levantar a aprovação do conselheiro a partir deste ponto, dos cinco, dez anos
21 passados? Que muitas vezes é questão de bom senso, o que tem de pano de
22 fundo nisso aí? Que respeita a democracia, que é favorável às discussões
23 divergentes, mas que é preciso se evitar a exposição da instituição, que já esta
24 exposta bastante. O conselheiro Luiz Jorge no uso da palavra manifesta que o
25 posicionamento que o fato dos colegas do conselheiro anterior não ter tomado
26 atitude isto confere a eles, e, que mesmo tendo alertado quanto a não
27 permanecia dos dois conselheiros neste conselho, isto foi mantido, e se não
28 fosse algo errado não seria firmado um acordo entre o Ministério Público e a
29 Reitoria. As atitudes devem ser tomadas a medida do exercício político, que é
30 legítimo, e cabe a qualquer cidadão questionar. Em questão de ordem, entende
31 que o conselho deve acatar o termo de ajustamento de conduta firmado pela
32 reitora e Ministério Público, não deveria ser colocado em votação. A presidente
33 esclarece que não se trata de um TAC e sim de um acordo de suspensão até



01 | submissão ao conselho. A conselheira Solange Ikeda parabeniza o
02 | posicionamento do sindicato e manifesta que também entrou no Ministério
03 | Público na época da eleição questionando quanto ao indeferimento de uma
04 | chapa e foi a justiça quem determinou a liberdade de se ter duas candidaturas, e
05 | também colocou o questionamento de professores que se tem dois salários, que
06 | é cedido para a Unemat e também é contratado como professor. Que o mais
07 | importante é ter coragem de falar e, lembra que na época foi criada uma figura
08 | do cowboy e foi feito um panfleto com o nome dela. O professor Evaldo
09 | manifesta que é interessado no assunto, que hoje ocupa o cargo de diretor e que
10 | não concorda com esta forma de composição, mas que Luciara não pode ficar
11 | sem representação, pois é um campus igual a qualquer outro. O conselheiro
12 | Ivan questiona o que seria feito com as vagas de Luciara e a presidente
13 | esclarece que as mesmas ficariam em aberto até que Luciara tenha sua
14 | representatividade conforme previsto em Estatuto. Em regime de votação:
15 | Revogação do artigo 86; ficando revogado com 31 votos favoráveis, 00 voto
16 | favorável, e, 03 abstenções. A presidente coloca em regime de votação a
17 | supressão do item 1.2.1.1 do Edital nº 001/2015/Reitoria/ASSOC e seus efeitos,
18 | ficando revogado com 30 votos favoráveis, 00 voto favorável, e, 02 abstenções.
19 | O professor Luiz Antonio fazendo uso da palavra afirma que é contra a ocupação
20 | da vaga desta maneira, mas que a disposição transitória é por força estatutária
21 | que impede professor interino de se candidatar, que gostaria de manifestar a
22 | renúncia, mas isto não é previsto em estatuto. A presidente esclarece que em
23 | audiência com o Ministério Público ficou deliberado à validação ou não dos atos.
24 | Em regime de discussão, passa a palavra ao conselheiro Luiz Jorge que
25 | manifesta quanto às votações com a diferença entre um ou dois votos,
26 | entendendo que estas devam ser reapreciadas pelo conselho. O conselheiro
27 | Milton Chicalé manifesta que ao vigor seria isto, porém e os outros atos
28 | aprovados como ficariam? Então seria necessário rediscutir tudo? Deve-se
29 | esquecer de tudo que foi feito? O assessor jurídico manifesta que a discussão
30 | da ação civil era a revogação do artigo 86, e que isto foi discutido no Ministério
31 | Público com o encaminhamento de convalidação do ato administrativo ou não,
32 | não se trata da rediscussão da matéria. O conselheiro Valdir faz a observação
33 | que deve ser considerado os atos a partir do Edital 001. O conselheiro Adil



01 esclarece que os atos votados até aquele momento das votações entendia que
02 até disposição transitória era válida, como caso especial desta universidade, na
03 sua autonomia e soberania deste conselho. Que entende que se trata do ato
04 administrativo como já falado pelo assessor jurídico, que parece que há outros
05 interesses, certo orgulho que precisa ser vencido, e que pela soberania deste
06 conselho que se entenda que é o ato que se precisa votar. O professor Rodrigo
07 manifesta que o que se deve votar é se vai ou não validar os atos, e não retomar
08 as matérias, agora que não validar daí se abre outras discussões. O conselheiro
09 Vinícius manifesta que esta sendo discutidas coisas antecipadas, que não se
10 sabe quais seriam os atos, quantos atos, quais os decisivos? O conselheiro
11 Reinaldo manifesta que não foi por falta de aviso quanto a questão legal, que já
12 tinha manifestado que se sentia mal com as votações, que o conselho não é
13 soberano, e outra coisa, os votos decisivos seria os votos qualificados. O
14 conselheiro Vinícius questiona como se ter certeza que os votos dos
15 conselheiros foram favoráveis ou desfavoráveis? A presidente esclarece que o
16 que esta afligindo algumas pessoas do conselho é as homologações de
17 resoluções que criaram cursos e ainda de turmas especiais. O conselheiro Milton
18 Chicalé manifesta que não houve nenhum pedido de reconsideração quanto ao
19 assunto, e que o encaminhamento seria o que fazer com as deliberações feitas,
20 e então para complicar retomaria as filmagens e que inclusive deveria se alterar
21 as atas. O conselheiro Luiz Jorge manifesta que seria deste conselho em diante
22 o interesse em rever as votações. O conselheiro Tiago esclarece que sendo
23 retirados estes votos, seria alterada a proporção, seriam apenas 28 votos e não
24 trinta. O assessor jurídico retoma a palavra e reafirma que deve se validar ou
25 não os atos. O conselheiro Adil como encaminhamento sugere que seja votado
26 se valida ou não estes atos. O conselheiro Reinaldo pede questão de ordem
27 afirmando que acredita que são dois momentos de votação os atos com votos
28 simples e com votos qualificados. A presidente esclarece que isto não é o que
29 esta no parecer da promotoria, passando ao regime de votação. Em regime de
30 votação: Convalidação dos atos feitos pelas duas sessões anteriores deste
31 conselho, ficando validados com 30 votos favoráveis, 07 contrários, e, 00
32 abstenção. A presidente coloca em regime de votação a Revogação da
33 Resolução nº 075/2015-CONSUNI e retorno das vagas ao *Campus* de Luciara,



01 ficando aprovada a revogação com 35 votos favoráveis, 00 contrários, e, 01
02 abstenção. A conselheira Eveline propõe que seja composta uma comissão
03 temporária para discutir sobre a representação de Luciara neste conselho e no
04 CONEPE, sendo colocado em regime de votação. Em regime de votação,
05 ficando aprovado com 28 votos favoráveis, 01 contrário, e, 03 abstenções. A
06 presidente solicita candidatos para composição, ficando assim constituída:
07 docentes; Evaldo, Márcia e Milton Chicalé, técnico Gabriel e discente Thiarles,
08 tendo como presidente o professor Milton, com prazo para a próxima sessão. A
09 presidente passa a apreciação ao item **1. Homologações das Resoluções Ad**
10 **Referendum do CONSUNI.** 1.1 - Resolução nº 008/2015 - Dispõe sobre a
11 Remoção Temporária de servidores docentes da Universidade do Estado de
12 Mato Grosso – UNEMAT. A presidente justifica qual o motivo que levou a
13 emissão de resolução *ad referendum*. Ato contínuo passa a palavra para o
14 conselheiro Claudeir que questiona qual o real objetivo desta resolução, pois
15 remoção quando feita é publicada em diário oficial. O conselheiro Luiz Jorge
16 esclarece que uma coisa é remoção para gestão outra coisa é remoção
17 temporária para ocupar vagas por eventuais substituições por afastamentos para
18 qualificação ou por falta de efetivo, que o campus de Cáceres não é obrigado a
19 ficar albergando pessoas que vem para ocupar vagas e assume gestão e logo
20 esta sendo preciso agregar disciplinas de áreas diferentes para abrir uma vaga
21 em teste seletivo, pensa de muitas pessoas tem se valido da reitoria para se
22 albergar, pensa que este documento foi feito no sentido de solucionar este
23 problema. Quanto ao artigo segundo pensa que deveria ser explicito “para fins
24 de professores afastados para qualificação ou nos casos de vagas não
25 preenchidas ou ofertadas em concurso público”, e assim com a supressão do
26 parágrafo e dos dois incisos. Já o inciso I do artigo 4º, não tem clareza sobre o
27 assunto, pois corre o risco de contrariar o artigo 2º. No artigo 5º, por período de
28 doze meses, pensa que deveria deixar o período letivo em dezembro, considera
29 que acha estranha à previsão de “vaga”. Que o artigo 7º merece cuidado, pois a
30 lotação é nas faculdades. Pede esclarecido quanto à data limite de 10 de agosto.
31 No artigo 9º não seria necessário a vinculação dessa necessidade de
32 substituição com documento de afastamento, e quanto ao parágrafo segundo
33 pensa que tem critério na lei ordinária, o artigo 11º praticamente repete o



01 | previsto no artigo 4º, no artigo 13º por que não se prevê a questão das
02 | faculdades? Que esta retira das faculdades a autonomia. A presidente esclarece
03 | que esta resolução surge com o fim maior de regulamentar prática já existente
04 | na instituição e ocorrendo de formas diferenciadas, e, assim considerando a
05 | mobilidade docente o CONEPE começou a se discutir sobre isso. Que espera
06 | que na reitoria ninguém esteja guardado lá por ato subterfúgio nenhum, e que
07 | não se precisa estar em Cáceres, se tem outras maneiras de resolver isto. Que o
08 | professor Jesus é da comissão no CONEPE e que quanto a data, pois pensando
09 | em não se prejudicar o processo seletivo, sugere que seja votada e que depois
10 | se faça uma retomada da mesma, pois acredita que a mesma será utilizada no
11 | ano seguinte, o cuidado era respaldar os primeiros encaminhamentos de 2016,
12 | que o interesse é institucional. Acata as considerações do conselheiro Luiz
13 | Jorge, porém pensa que é preciso ser votada. O conselheiro Reinaldo afirma
14 | que algumas coisas lhe preocupa como a prática dessas remoções, que se
15 | pegar a Lei as faculdades que deveria se manifestar sobre isso, e ainda a
16 | questão legal da remoção temporária, que os dispositivos falam de remoção, e
17 | ainda a questão do lotacionograma, que seja publicado antes dos processos
18 | seletivos. A presidente esclarece que esta proposta foi discutida no CONEPE e
19 | não foi trazida pela gestão, que é preciso se normatizar para respaldar uma séria
20 | de pessoas. A questão é: homologa ou não, se não se remete para a câmara
21 | para uma análise maior. O conselheiro Ricardo afirma que a questão das
22 | faculdades precisa ser respeitada, que precisa ficar claro no artigo 9º o interesse
23 | da faculdade, pois o diretor ter a dimensão de quem está atuando e se o
24 | professor a ser removido é de interesse dos cursos. O conselheiro Adil considera
25 | desnecessários muitos detalhes, pois isto pode ingressar e que alguns pontos
26 | mencionados pelo Luiz Jorge já constam na lei maior, que é preciso tomar
27 | cuidado quanto a isto, para não se normatizar algo já existente em lei. O
28 | conselheiro Ricardo explica que na legislação não existe remoção temporária,
29 | assim entende que esta resolução é ilegal, entende ser um ato discricionário do
30 | reitor. O conselheiro Luiz Jorge manifesta que sensível às situações necessárias
31 | é que está se pensando na normatização para resolução de algumas questões
32 | internas, senão estaria atendendo a resolução do estado. A conselheira afirma
33 | que a questão da participação das faculdades, muitas vezes a consulta da



01 | faculdade se dá até por telefone, e que tem acompanhado esta questão, que a
02 | resolução não esta nem aprovada e já esta sendo obrigado a dar parecer até por
03 | telefone. A presidente explica que a prática não é esta, se isto aconteceu foi
04 | indevido. A professora Vera Maquea esclarece que no encontro de gestores foi
05 | discutido muito sobre a lotação dos professores, que a questão é um problema
06 | institucional, e que todos fizeram concurso para uma área e que ao longo da
07 | existência da Unemat muitas áreas deixaram de existir, e ainda a universidade
08 | liberou docentes para qualificação fora de área, e tudo isto de maneira legal, e
09 | ainda o fato do currículo ser vivo e que é preciso alterá-los quando necessários,
10 | que esta resolução foi discutida a questão de ministrar aulas em outro campus
11 | na graduação como ocorre na pós-graduação. Que tem liberdade para convidar
12 | pessoas para atuar em sua gestão, e, que tem professores de alguns câmpus e
13 | ainda professores do campus de Cáceres, ficando apenas com uma disciplina.
14 | Que não concorda com a colocação do Luiz Jorge sobre acomodar pessoas,
15 | pois todos foram convidados para trabalharem oito horas diárias, e não por
16 | interesse pessoal, e, que a remoção temporária é a maneira de se organizar em
17 | médio prazo, e que se eu vou sair para qualificação eu preciso avisar antes para
18 | que a faculdade possa se organizar. O conselheiro Valdir acredita que este ato
19 | veio como ad referendum para ser validado aqui, mas que muitos pontos
20 | começam a serem afetados aqui, e que acredita que deva ser encaminhada a
21 | câmara para maior estudo e apreciação, evitando se votar mediante as
22 | urgências e que considera ser uma questão séria isto ai. A presidente esclarece
23 | que fez o ad referendum em consonância com o CONEPE, e que não se trata de
24 | ser urgente, mas sim para corrigir o que já se pratica. O conselheiro Luiz Jorge
25 | esclarece que quando falou expressou os dois lados, e que todos sabem que
26 | muitas pessoas vêm para Cáceres em razão de muitos acordos, que acha
27 | legítimo irem para gestão, mas que não se utilize desta prática de virem para
28 | Cáceres e utilizando-se de mecanismos para que fiquem no campus de Cáceres
29 | gerando sérios problemas, e por isso a normatização, para que não seja
30 | resolvida esta questão. A presidente pede ao conselheiro Luiz Jorge que
31 | gostaria de ouvi-lo pessoalmente, porque se tem alguém encostado ela precisa
32 | saber onde esta este caso, que não fez acordo político para que professores
33 | viessem assumir gestão em Cáceres. O conselheiro Reinaldo propõe o



01 encaminhamento desta resolução para a câmara para maior apreciação e
02 posterior aprovação. E, que ainda tem uma questão de técnicos que vem
03 removido para gestão, havendo uma superlotação na sede, que a sede hoje
04 concentra mais de um terço dos técnicos da instituição. A presidente esclarece
05 que acha difícil dizer sobre inchaço na sede, pois esta sendo buscada a posse
06 de novos técnicos devido à falta destes profissionais. O conselheiro Claudinei
07 manifesta que em editais de remoção docente, alguns conseguiram e outros
08 não, manifesta quanto isonomia, também para técnicos, e, que esta faltando
09 técnicos na sede. A professora Renata esclarece que esta na gestão desde
10 2008 e que trabalha assiduamente em até três períodos para cumprir com as
11 atividades que hoje desenvolve. Que se sente desrespeitada, pois se não
12 tivesse na gestão não precisaria trabalhar tanto. O conselheiro Tales esclarece
13 que é preciso criar dispositivos a partir de discussões quanto a remoção
14 definitiva e temporária, pois, ocorreu que uma professora tomou posse com
15 decisão judicial com uma vaga que não existia e depois em menos de uma
16 semana estava concorrendo a coordenação do curso de computação em
17 Cáceres, tendo ganhado a eleição sendo lotada em Colíder, e que não tem a
18 disciplina em Cáceres. O conselheiro Claudeir sugere a presidente que leve para
19 o CONEPE a ideia de se discutir quanto a remoção para ocupar vaga temporária
20 e ainda a remoção para ocupar cargo de gestão. A professora Vera questiona
21 que a sede administrativa fica em Cáceres, neste sentido seria correto compor a
22 gestão maior da universidade apenas com docentes e técnicos de Cáceres? A
23 presidente coloca em regime de votação a homologação da resolução, não
24 sendo homologada por 05 votos favoráveis, 24 votos contrários, e, 01
25 abstenção. A presidente remete a resolução para apreciação da câmara de
26 gestão de pessoas e havendo necessidade para a câmara de legislação. A
27 presidente passa a apreciação do item 1.2 - Resolução nº 009/2015 - Dispõe
28 sobre a Comissão para conduzir o processo eleitoral para eleição dos
29 integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Docente-
30 COPAD. Não havendo discussão passa-se ao regime de votação, ficando
31 homologada com 24 votos favoráveis, 00 voto contrário, e, 01 abstenção. Em
32 apreciação o item 1.3 - Resolução nº 010/2015 - Altera a Resolução nº
33 074/2015-CONSUNI, que define o calendário de reuniões das Sessões



01 Ordinárias do ano de 2015 do Conselho Universitário – CONSUNI da
02 Universidade do Estado de Mato Grosso. Não havendo discussão passa-se ao
03 regime de votação, ficando homologada com 31 votos favoráveis, 00 voto
04 contrário, e, 00 abstenção. Coloca em apreciação o ponto **2. CÂMARA**
05 **SETORIAL DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO.** 2.1- Curso de Bacharelado em
06 Direito, a ser ofertado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, Vila Rica. A
07 presidente passa a palavra ao relator que explica sobre o trabalho da comissão,
08 e quanto aos encaminhamentos dados para o atendimento legal solicitados
09 anteriormente, informando que a câmara manifestou favorável a abertura desses
10 cursos. O conselheiro Claudeir pede esclarecimento regimental, pois acredita
11 que esta matéria seria da câmara setorial de atividades acadêmicas, ficando
12 esclarecido que isto seria somente em grau de recurso. O conselheiro Marcos
13 registra a preocupação quanto a abertura desses cursos de direito nesta
14 modalidade, e que leu uma matéria de fechamento de cursos de direito por falta
15 de condições técnicas, e que o curso será desenvolvido por professores sem
16 uma qualificação adequada. O conselheiro Reinaldo mantém posição contrária a
17 abertura de cursos das parceladas, e que compete as faculdades a abertura de
18 cursos, e que não se tem como abrir bacharelado dentro das parceladas e, ainda
19 que em relação a crise econômica estes cursos serão afetados. Que esta
20 solicitando informações referentes aos convênios desses cursos à diretoria das
21 parceladas, com apresentação de números referentes aos cursos, docentes,
22 dentre outros constante no requerimento. E ainda o requerimento à PRAD sobre
23 contratação temporária de docentes para atuação no programa parceladas, que
24 as parceladas têm custo para a Unemat, e, que aqui os conselheiros são
25 responsáveis por atos legais. O professor Evaldo informa que ocupa a diretoria
26 de cursos de parceladas, fora de sede e PARFOR, que as turmas novas são
27 autofinanciadas com seletivo via FAESPE, com a participação de docentes de
28 todo Brasil. Que no último seletivo nenhum professor efetivo participou, e, que
29 tudo esta previsto nos planos de trabalhos dos cursos, que a diretoria informa
30 aos municípios a relação documental necessária para a solicitação de abertura
31 de cursos para posterior aprovação. O professor Rodrigo reflete sobre a
32 coerência sobre as discussões deste conselho, pela manhã se discutiu sobre a
33 questão de Rondonópolis, o que fazer com as turmas não preenchidas, e



01 | quando se tem a possibilidade de abertura de novos cursos ficamos discutindo
02 | questões pedagógicas que já foram apreciadas no CONEPE, aqui cabe uma
03 | análise da viabilidade financeira, e outro ponto é que se a Unemat não oferta
04 | outras instituições privadas farão seja em regime presencial ou a distancia. O
05 | professor Luiz Antonio esclarece quanto a criação do campus de Luciara, que
06 | tem uma proposta diferenciada de oferta de curso, e que cada vez que se
07 | propõe a oferta de um curso, vem para o conselho e tem alguns contrapontos.
08 | Pensa que a experiência de vinte três anos de cursos rotativos tem que ser
09 | levado em conta, pois tem apresentado resultados satisfatórios, e, que as
10 | parceladas têm sim custos para a Unemat, porém forma profissional a vinte e
11 | dois anos naquela região. O professor Francisco Lledo tem preocupação quanto
12 | se fala em qualidade com professores contratados, fazendo menção ao campus
13 | de Barra do Bugres e seu grande número de professores interinos até o
14 | concurso de 2006, e que se o campus fosse receber os repasses devidos como
15 | os demais câmpus, teria recurso de sobra para executar este curso. Que a
16 | região cabe a discussão de qual curso ofertar. O conselheiro Claudeir questiona
17 | se uma empresa privada pagar um curso para a Unemat ela vai fazer este
18 | curso? Vai se privatizar este curso? Qual a diferença entre dinheiro privado e da
19 | prefeitura? Por que não saiu o encaminhamento da abertura do curso por uma
20 | faculdade? O conselheiro Milton Chicalé esclarece que a prefeitura esta
21 | assumindo 100% dos custos, que há uma grande procura para este curso de
22 | direito, e se não fizermos outras instituições farão, assim ocorre a bitributação,
23 | mantém a pública e paga a privada. Que precisamos consolidar tudo isso de
24 | uma vez ou andar na contramão da história, que quanto à questão de
25 | professores, quantos são doutores no curso de direito? O conselheiro Marion
26 | manifesta quanto as políticas conservadoras na instituição, e se preocupa com a
27 | forma de como se procura manter oposição à reitoria, e, que devemos avançar.
28 | O professor Evaldo esclarece que quando foi convidado para assumir a diretoria
29 | lembrou que seria muito difícil, que se têm muitas falhas nas normatizações e
30 | que é preciso se resolver, se discutir muitas coisas, inclusive regimento das
31 | parceladas ou melhorar das modalidades diferenciadas de ensino. A conselheira
32 | Solange Ikeda lembra a questão de Colíder onde se soube do fechamento do
33 | campus por meio de jornais ou facebook, pensa que é preciso discutir como será



01 | construída esta universidade, quais os cursos que devem ser ofertados, que não
02 | gosta das barganhas, onde estava previsto que seriam quatro cursos de direito?
03 | O conselheiro Tales esclarece que é preciso se ver o que realmente esta
04 | acontecendo para depois dizer alguma coisa, que em relação à Colíder muitas
05 | coisas foram feitas para se resolver a situação da falta de acadêmicos, e que
06 | hoje se tem uma comissão discutindo encaminhamentos a serem feitos. A
07 | conselheira Dilma pede informações quanto ao planejamento para a abertura do
08 | curso de geografia em Colíder, acredita que não deve ter havido um
09 | levantamento de demanda, e para que abrir o concurso para esta área, então
10 | concorda que há interesse político. Questiona se existe um estudo quanto aos
11 | cursos abertos pelas parceladas, divide a preocupação com a falta de estrutura
12 | da instituição, onde teve que cancelar aula de campo por falta de ônibus. O
13 | conselheiro Adil afirma que se deveria ater as discussões e decisões dos
14 | assuntos em pautas, que as discussões devam ser de acordo com o objeto em
15 | tela. A presidente pede aos conselheiros que votem com a consciência e
16 | considerando a história desta universidade. Em regime de votação a criação do
17 | curso de bacharelado em direito em Vila Rica, foi aprovado com 29 votos
18 | favoráveis, 06 votos contrários, e, 00 abstenção. Passa-se a relatoria do item 2.2
19 | – Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* “Estudos Literários: Memória e
20 | Identidade”. O relator Adil apresenta sobre a proposta, esclarecendo como será
21 | desenvolvido, afirmando que o processo consta de todos os documentos
22 | necessários com pareceres das respectivas instancias, declarações de trabalho
23 | dos docentes, e demais documentos, explicitando que a câmara manifesta
24 | parecer favorável a abertura do curso. O professor Rodrigo manifesta que é
25 | importante o modelo que Tangará apresentou para realização do curso, onde o
26 | programa pensou a forma de preparar os alunos do mestrado e ainda de
27 | colaborar com a formação de outros profissionais. O conselheiro Claudeir solicita
28 | que seja feito uma planilha financeira para apreciação do conselho. O
29 | conselheiro Adil esclarece que a câmara tomou o cuidado em fazer menção aos
30 | pareceres emitidos, para que o conselheiro faça um estudo completo, pois estes
31 | pontos apresentados pelo conselheiro Claudeir já consta no pareceres da
32 | PRPTI. A professora Vera informa que ninguém vai receber pró-labore e que não
33 | tem nenhum custo para a universidade, apenas o interesse em fomentar a pós-



01 | graduação. Que precisamos ter um programa de lato sensu para a universidade.
02 | O conselheiro Claudeir insiste que deve haver sim uma planilha para melhor
03 | visualização. A presidente esclarece que este é o desejo de todos que se haja
04 | um modelo de planilha para as câmaras. O conselheiro Anderson esclarece que
05 | terá apenas custo de manutenção de sala de aula, e, que a vinda dos
06 | professores ficarão a cargo do programa, que a maior parte das bibliografias já
07 | constam da bibliografia do programa, e em relação a necessidade de funcionário
08 | foi sanado pelo programa. O conselheiro Tiago questiona se haverá a dispensa
09 | de disciplinas aos professores que irão trabalhar, ficando esclarecido que não
10 | haverá e que nenhum professor receberá pró-labore. O conselheiro Valdir
11 | observa que é difícil se pensar em custo zero, pois há de se pensar em
12 | documentos que fiquem claro, pois tem uma representação financeira nisso. Em
13 | regime de votação, fica aprovada a abertura do curso com 35 votos favoráveis,
14 | 00 voto contrário, e, 00 abstenção. Passa-se a apreciação do ponto **3. CÂMARA**
15 | **SETORIAL DE LEGISLAÇÃO.** 3.1 - Regimento dos Colegiados Regionais da
16 | UNEMAT (Art. 4º; alínea “a”). O relator Luiz Jorge procede à relatoria esclarece
17 | que foram solicitadas algumas adequações na proposta, procedendo a leitura do
18 | parecer da câmara apresentando o que precisa ser ajustado. O conselheiro
19 | Gabriel pede esclarecimento de como ficaria o texto do artigo 4º. Sendo
20 | esclarecido pelo relator. O conselheiro Thiarles pede esclarecimento se isto seria
21 | apenas com convocar, sendo também esclarecido pelo relator. A presidente
22 | esclarece que um terço pode convocar, porém não pode deliberar, porque não
23 | tem maioria absoluta. O professor Rogério questiona o que acontece quando o
24 | presidente recusa, quem assume a presidência? O relator apresenta sobre esta
25 | questionamento, esclarecendo como ocorreria sobre este assunto. O conselheiro
26 | Milton Chicalé esclarece que no artigo 7 do CONSUNI compete ao presidente a
27 | convocação mesmo quando convocada pela maioria simples. A presidente
28 | retoma que este regimento já foi votado na sessão anterior e que foi para a
29 | câmara apenas para dirimir sobre este ponto. O conselheiro Tiago acredita que
30 | como este colegiado é menor, não haja necessidade de se aumentar este
31 | número para convocação. O relator esclarece que uma coisa é convocação e
32 | outra é que vai dar quórum ou não é outra coisa. O conselheiro Thiarles reforça
33 | quanto a convocação que é feita a todos os membros, logo estes deverão



01 comparecer à reunião. A presidente coloca em regime de votação o parecer da
02 câmara, e se necessário posterior análise para simetria entre os regimentos. /em
03 regime de votação o parecer da câmara com o destaque feito pelo Thiarles,
04 ficando aprovado com 35 votos favoráveis, 00 voto contrário, e, 00 abstenção.
05 Passe-se ao item 3.2 - Regimento das Bibliotecas. O relator Luiz Jorge esclarece
06 que esta proposta consiste na alteração de resolução anterior, e que a câmara
07 observou alguns pontos a serem corrigidos, e, que a mesma foi encaminhada
08 novamente a PROEG para discussões para encaminhamentos, assim, tem muita
09 coisa ainda que se precise esclarecer, como horário de funcionamento, a
10 questão de atendimento no final de semana, assim, a cama manifestou parecer
11 propondo a retirada de pauta para estudo por comissão específica. A presidente
12 pensa que o encaminhamento seria a devolução para a PROEG para se pensar
13 com mais tempo. A professora Vera esclarece que o trabalho apresentado aqui
14 foi feito a partir das ideias de todos os representantes de bibliotecas dos
15 câmpus, e que assim pensa que seria ideal se compor uma comissão mais
16 enxuta para viabilizar os estudos. O conselheiro Gabriel afirma que esta
17 comissão precisa estar em contato com os representantes dos câmpus, levando
18 em conta as especificidades de cada câmpus. O conselheiro Claudeir lembra
19 que há três anos foi realizada uma reunião em Cuiabá e foi construído uma
20 proposta na época, lembra que ela se regimenta quanto a patrimônio, e, depois
21 ficou a dúvida que iria aprovar esta minuta de resolução ou não, e que depois
22 chegou ao conselho uma resolução totalmente diferente daquela discutida e
23 construída. Entende que é preciso se regulamentar as ações que já são feitas. A
24 presidente passa a palavra ao servidor Robson que esclarece quanto aos
25 encaminhamentos dados e quanto à resolução anterior não atende mais as
26 necessidades atuais. A professora Vera afirma que foi difícil ouvir todos os
27 técnicos responsáveis pelas bibliotecas, que a possibilidade de avanço é a
28 criação de uma comissão mais enxuta com a possibilidade de reuniões
29 presenciais. A presidente esclarece que não teria como aprovar parcialmente
30 esta resolução, assim daria para se pensar em uma instrução normativa até que
31 seja feito o estudo e análise da comissão. A presidente orienta a PROEG para
32 elaboração de instrução normativa e que a comissão já constituída
33 anteriormente retome as discussões para a proposta de um nova minuta de



01 | resolução. Em regime de votação fica aprovada a proposta da mesa, com 34
02 | votos favoráveis, 00 voto contrário, e, 00 abstenção. Passe-se a relatoria do item
03 | 3.3 – Regimento do NEPITUR. O relator procede a leitura do parecer da câmara,
04 | fazendo os devidos esclarecimentos, inclusive quanto ao parecer desfavorável
05 | por ausência de aprovação do CONEPE, mas obteve informação que esta
06 | matéria já esta aprovada e só não foi junta ao processo por ainda estar em
07 | processo de construção das resoluções aprovadas recentemente. Em regime de
08 | votação o parecer da câmara; fica aprovado com 32 votos favoráveis, 00 voto
09 | contrário, e, 00 abstenção. Passa-se a apreciação do ponto **4. Resultado das**
10 | **Comissões Temporárias:** 4.1 - Regimento Geral da UNEMAT. O relator
11 | Anderson Amaral apresenta a comissão e lembra que não se tem nenhum
12 | regimento anterior da Unemat para se seguir como base, o que se tem apenas é
13 | o Estatuto. A comissão então fez a junção de todos os regimentos já existentes
14 | na universidade, constituindo o regimento geral da Unemat, para posterior
15 | regimento dos câmpus. Que se trata de um trabalho bastante intenso, que a
16 | minuta foi elabora com a assessoria da Associação Cearense e Estudos e
17 | Pesquisa, e ainda com a contribuição da PRAD, considerando que este
18 | documento é de cunho administrativo. Apresenta os temas constantes no
19 | regimento. O conselheiro Anderson Miranda manifesta que as contribuições do
20 | acadêmico Daniel foram encaminhadas antes de sua saída. O relator apresenta
21 | a organização da minuta do regimento, procedendo à leitura dos títulos e
22 | capítulos previstos na minuta, delimitando a organização da estrutura da
23 | universidade, competências e atribuições. A presidente coloca em regime de
24 | discussão, passando a palavra a técnica Valci que faz algumas sugestões para
25 | se colocar as estruturas de unidade de gestão todas as possibilidades de
26 | atribuições em aberto e não vinculando as pró-reitorias, pois hoje se tem
27 | algumas situações que não estão previstas no Estatuto e que também não estão
28 | constando na proposta de regimento, também a questão de nomenclatura. A
29 | presidente esclarece que é preciso cumprir em princípio o que esta no Estatuto
30 | para posterior criação de alguns cargos na estatuinte. O conselheiro Claudeir
31 | afirma que o primeiro ponto é saber o que é regimento geral, para quem será
32 | feito este regimento, qual a relação entre regimento geral e organograma?, Qual
33 | a relação entre regimento e fixação de macro políticas e normatização



01 acadêmica? Que em vários momentos visualizou estas ações e que estas são
02 diferentes, e que não consegue identificar claro o que se esta sendo criado. O
03 relator Anderson Amaral afirma que as colocações estão corretas, porém
04 quando se criou o Estatuto era para se ter criado o Regimento, mas como fazer
05 agora que já se tem criado os outros Regimentos Internos. A presidente
06 esclarece que é preciso se prever as regras da funcionalidade, que é preciso
07 hoje juntar o que temos, para se ter um mapa do que temos para se propor o
08 que queremos. O conselheiro Vinicius aponta no artigo 32 que trata da reitoria e
09 depois já segue para as unidades setoriais, é mais uma questão de estrutura. O
10 conselheiro Tales trata da composição dos colegiados, onde campus com
11 pequena estrutura não se tem tantos professores para assumir todos os
12 colegiados, e isto precisa ser considerado. Que deveria ser mudado a estrutura
13 dos câmpus, de maneira uniforme, que deve ser pensado a estrutura criadas
14 hoje, com faculdades, cursos, departamento, acredita que a proposição de
15 encaminhar isto para uma comissão seria ideal. O professor Rodrigo tece
16 considerações quanto a metodologia a ser empregada para a discussão dos
17 trabalhos, se manteria a comissão e que fosse encaminhado contribuições
18 digitais para ser apreciadas. O conselheiro Reinaldo afirma que se trata de um
19 trabalho complexo que deve ser respeitado o Estatuto, e, que não esta claro o
20 que seria órgão complementar no regimento. O conselheiro Thiarles pede
21 esclarecimento quanto ao artigo 196, e, sugere a supressão do mesmo por
22 entender que os acadêmicos devam estar participando de todas as discussões
23 dentro da universidade. O conselheiro Valdir assegura que é uma questão de
24 redação, da forma como esta escrita é legitimo o questionamento do
25 conselheiro. O conselheiro Tiago afirma que há redundância entre os colegiados
26 de cursos e de faculdade, propõe a dissolução dos colegiados de curso em favor
27 dos colegiados de faculdade, e acredita que desta forma teria mais agilidade nos
28 processos dentro dos cursos. O técnico Amir Montechi informa que tem uma
29 ferramenta digital para que cada pessoa possa dar sua contribuição. O
30 conselheiro Milton retoma o artigo 207 da Constituição Federal que dá
31 autonomia a Universidade dentre outras, e é preciso se tomar muito cuidado, e
32 que a lei federal é categórica para a composição para os conselhos, mas para o
33 congresso não. A presidente apresenta a proposta que quem puder contribuir



01 com a comissão que mande para a mesma, e esta irá trabalhar junto com a
02 câmara de legislação, sabe que o Reinaldo já fez isto e que alguns outros
03 também, que seria interessante para se chamar uma sessão extraordinária para
04 tratar sobre o assunto, assim, propõe que todos encaminhem as contribuições
05 para a comissão. O conselheiro Anderson Miranda sugere que seja previsto
06 datas para as atividades. A presidente questiona que dá para mandar
07 contribuições até 18 de novembro, e até a primeira quinzena de dezembro uma
08 sentada com a câmara de legislação. O conselheiro Adil pensa que é preciso um
09 prazo maior, e que na primeira sessão de 2016 se apresenta um esboço e nesta
10 sessão já marca uma extraordinária. O conselheiro Tiago manifesta que acha
11 ruim a data de março para a extraordinária por conta da extinção do mandato
12 dos acadêmicos. O conselheiro Tales pensa que as contribuições sejam até 15
13 de dezembro para que as comissões trabalhem em fevereiro. O conselheiro Adil
14 sugere que para quem puder mandar em dezembro mande ou ainda em
15 fevereiro. A presidente questiona quanto ao dia do retorno às atividades
16 acadêmicas, sendo informada que será 04 de fevereiro, ficando com prazo final
17 para envio até 12 de fevereiro. Em regime de votação: prazo até 15 de
18 dezembro; 12 votos favoráveis; prazo até 12 de fevereiro, 17 votos favoráveis.

19 Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e quinze a partir das oito
20 horas reinicia-se a 3ª sessão ordinária após a contabilização do quórum, após os
21 cumprimentos de bom dia, deseja em nome da nossa universidade os
22 cumprimentos pelo dia do servidor, que acho a palavra servidor, uma palavra
23 semanticamente carregada de muitos desafios. E lembra que o conselho esta
24 reunido trabalhando a nossa carreira ser servidor, assim, pede uma salva de
25 palmas. Agradece em nome da UNEMAT pela dedicação no cotidiano da
26 universidade. Passa a apreciação do item 4.2. III Congresso Universitário, tendo
27 com candidato para a substituição do discente Daniel o discente Tiago. Passa a
28 palavra ao Relator da comissão. A professora Vera Maquea justifica a ausência
29 do professor Romyr, e acrescenta que todos trabalharam juntos, inclusive finais
30 de semana. Em tempo a presidente apresenta que o campus de Tangará vem
31 trabalhando para que o campus passe a levar o nome do professor Eugênio,
32 como lembrança e em memória ao professor. E ainda aborda a recente perda da
33 professora Monica do Campus de Alta Floresta, e, pensa que deva ser feito uma



01 placa de agradecimento a ser encaminhada às famílias pelos trabalhos
02 prestados à instituição. Item 4.2 - III Congresso Universitário. O relator Luiz
03 Fernando apresenta a comissão e a organização dos trabalhos, procedendo à
04 leitura da minuta, com as intervenções dos conselheiros com destaques. Fica
05 registrado os seguintes destaques: no artigo 2º pelo conselheiro Reinaldo; artigo
06 3º pelo conselheiro Claudeir; artigo 5º pelo conselheiro Reinaldo; artigo 6º pelo
07 conselheiro Reinaldo, artigo 8º pelo conselheiro Luiz Fernando, artigo 12º pelo
08 conselheiro ..., artigo 13º pelo conselheiro Reinaldo, artigo 14º pelo conselheiro
09 Claudeir, artigo 14º, I pelo conselheiro Luiz Fernando, artigo 14º pelo conselheiro
10 Reinaldo, artigo 23º parágrafo único pelo conselheiro Claudeir, artigo 24º pelo
11 conselheiro ..., Orientações - Eixo 2 pelo conselheiro Claudeir, Orientações -
12 Eixo 2, anexo 2 pelo conselheiro , Orientações - Eixo 3 pelo professor Rodrigo,
13 Orientações - Eixo 5 pelo conselheiro Claudeir, Anexo 3 – item I pelo professor
14 Rodrigo. A presidente passa a apresentação e discussão dos destaques. No
15 Artigo 2º o conselheiro Reinaldo propõe a retirada do final do texto: “... em
16 consonância com o Planejamento Estratégico Participativo da Unemat discutido
17 e construído pela comunidade acadêmica”. Em regime de discussão o destaque
18 apresentado a professora Elizeth esclarece que talvez a palavra “em
19 consonância” não seja a palavra ideal para estar na minuta, e, que o PEP não é
20 um planejamento de gestão, e sim de toda universidade, no planejamento se
21 trabalha planejando ações a partir das legislações vigentes, que no
22 planejamento não tem o fim de reformular estrutura organizacional, sendo isto a
23 função de um congresso. A grande questão do planejamento que deve ser
24 levado em conta no congresso é que saíam proposições nos câmpus, e este
25 documento que será construído se conhecerá um diagnóstico da universidade, e
26 este sim deva ser o documento orientativo do congresso. A professora Vera
27 manifesta que esta proposta esta para ser discutida e validada por este
28 conselho, e, que o planejamento estratégico participativo não é desta gestão, e
29 sim um plano decenal para a universidade envolvendo todos os segmentos, se a
30 palavra consonância não é boa, sugere que seja encontrada uma para ser
31 substituída. Afirma que o planejamento é um instrumento que tem a ver com o
32 conhecimento institucional e o congresso é um momento em que a comunidade
33 acadêmica se reúne para definir as macro políticas, e é claro considerando o



01 | que foi definido no planejamento. Que é preciso deixar isto descrito de alguma
02 | maneira, para que seja considerado no congresso. O conselheiro Gabriel
03 | manifesta concordância com o conselheiro Reinaldo, pois já consta no artigo 19
04 | como referencia principal. A presidente ressalta que o planejamento estratégico
05 | poderia ser feito pelo gabinete, porém a gestão entende que seja pensado e
06 | construído por todos. O conselheiro Luiz Jorge questiona até quando o trabalho
07 | do planejamento estratégico será concluído e apresentado para este conselho
08 | para ser apreciado, validado e ser utilizado como norteador do congresso. A
09 | professor Elizeth esclarece que a previsão do documento orientativo é de estar
10 | pronto até dia 31 de dezembro. Mas que em fevereiro será retomada para
11 | elaboração dos planos de ações, e planejamento para dez anos será alimentado
12 | anualmente. O conselheiro Adil afirma que realmente não há necessidade deste
13 | texto uma vez que já ira constar posteriormente. Concorda com a retirada e que
14 | seja acrescentado: “orientado pelas referencias principais o conjunto dos
15 | documentos presentes no inciso I do artigo 19”. O conselheiro Marcos Borges
16 | propõe que seja mencionada a previsão no artigo 19 e que tudo seja feito de
17 | maneira *on line* para agilizar as atividades. O conselheiro Valdir esclarece que é
18 | em consonância com o conjunto de documentos constantes no artigo 19. A
19 | professora Vera afirma que a questão de redação poderá ser revisada
20 | posteriormente. O conselheiro Luiz Jorge por questão de ordem propõe que seja
21 | suspensa a discussão deste regimento, que seja acatada todos os destaques
22 | apresentados e que a comissão retome os trabalhos para posterior
23 | apresentação de nova minuta, já contemplando os destaques com uma proposta
24 | amadurecida. A professora Vera sensibiliza os conselheiros para o fato da
25 | necessidade de realização do congresso e que já se tem prazos estabelecidos,
26 | pedindo aos conselheiros que caminhem no sentido de aprovar o regimento. O
27 | conselheiro Milton Chicalé manifesta que esta preocupado com os
28 | encaminhamentos, sobretudo com o previsto no artigo 19 com o termo
29 | “orientativo”, pois as leis são impositivas e não orientativas; pensa que não é
30 | preciso colocar “em consonância”, que a palavra “deverão” deixa claro que
31 | devemos caminhar de acordo com a legislação. A presidente coloca em regime
32 | de votação a proposta do conselheiro Luiz Jorge: Proposta 01. Remissão desta
33 | minuta à comissão, 06 votos favoráveis. Proposta 02. Continuidade da



01 discussão, 26 votos favoráveis; e 00 abstenção; ficando aprovada a continuidade
02 da discussão. A presidente coloca em regime de votação as seguintes
03 propostas: Proposta 01. Retirada do final do texto: "... em consonância com o
04 Planejamento Estratégico Participativo da Unemat discutido e construído pela
05 comunidade acadêmica"; 25 votos favoráveis. Proposta 02. Inclusão de
06 "orientado pelas referencias principais o conjunto dos documentos presentes no
07 inciso I do artigo 19", 08 votos favoráveis, ficando aprovada a proposta 01, com
08 a retirada dos termos. No artigo 3º o conselheiro Claudeir, Proposta 01.
09 Alteração de redação: "I. retirar a palavra direcionamento e acrescentar macro
10 políticas", "II. Acrescentar após a palavra propor a palavra "deliberar". O
11 conselheiro Reinaldo propõe a inclusão do inciso "VIII. Propor e deliberar sobre
12 políticas de organização político-administrativa da universidade". A presidente
13 coloca em regime de discussão as proposituras. O conselheiro Marcos propõe a
14 supressão dos adjetivos "novo, nova", sendo acatada pela comissão e pela
15 mesa. O professor Rodrigo chama a atenção para o inciso III que já prevê
16 políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão já esta incluído o que o
17 conselheiro Reinaldo sugere. Em regime de votação as propostas 01 e 02,
18 ficando aprovadas com 31 votos favoráveis, 00 voto contrário, e 00 abstenção.
19 No artigo 5º o conselheiro Reinaldo propõe a redistribuição dos membros da
20 comissão organizadora, com a alteração de incisos e parágrafos: inciso I de 02
21 para 03 membros indicados pela ADUNEMAT, inciso II de 02 membros para 04
22 indicados pela Reitoria – 02 docentes e 02 técnicos; inciso III 03 PTES indicados
23 pelo sindicato; retiradas dos incisos IV e V, inciso VI de 02 para 05 membros
24 discentes eleitos pelos pares; inciso VII e VIII mantém; retirada do inciso IX;
25 acrescentar no parágrafo 1º "... dentre os integrantes da referida comissão";
26 retirar e acrescentar no parágrafo 2º: retirar "sem direito a voto" e acrescentar "...
27 exercendo nas votações o voto de desempate". O conselheiro Adil manifesta que
28 por ele não ser eleito, não poderá votar. O conselheiro Marcos propõe que no
29 parágrafo 1º, o presidente seja eleito entre os membros da comissão. O
30 conselheiro Reinaldo retira a proposta de alteração do parágrafo 2º. O
31 conselheiro Thiarles reforça que nem todos os câmpus tem DCE, e propõe que
32 todos sejam indicados por DCE. O conselheiro Gabriel concorda com a proposta
33 do Reinaldo e discorda com a indicação discente pelo DCE, pois nos câmpus



01 não tem um diretório formado, sem representação oficial, é preciso garantir a
02 possibilidade de participação de todos os câmpus. O professor Anderson Amaral
03 concorda com as indicações discentes assim como todos os outros segmentos
04 que serão indicados, que os acadêmicos resolvam como eles vão indicar. O
05 conselheiro Vinícius pede que o conselheiro Reinaldo justifique as mudanças
06 sugeridas, para que os conselheiros sejam esclarecidos. O conselheiro Reinaldo
07 justifica a retirada do PEP por não fazer parte da estrutura do congresso, e que
08 não cabe a permanência da comissão, e quanto aos estudantes retira a proposta
09 da forma de escolha, deixando a cargo dos acadêmicos a decisão. O
10 conselheiro Luiz Fernando sugere que: retirem os dois membros do PEP
11 passando para a reitoria, mantendo os demais incisos, e quanto aos discentes
12 eles se organizariam para ver se vai ser eleito ou indicado. Em regime de
13 votação os incisos, a Proposta 01. Nova proposta da comissão, 14 votos
14 favoráveis. Proposta 02. Alterações propostas pelo conselheiro Reinaldo, 16
15 votos favoráveis, 00 abstenção, ficando aprovada a Proposta 02. Em regime de
16 votação: a forma de escolha dos discentes, Proposta 01. Que a escolha da
17 forma de Indicação fique a cargo dos estudantes, 26 votos favoráveis; Proposta
18 02. Que sejam eleitos em livre e ampla concorrência, 15 votos favoráveis;
19 Proposta 03. Que sejam indicados pelos representantes, 11 votos favoráveis,
20 ficando aprovada a eleição para a escolha dos discentes. A presidente designa o
21 professor Anderson Amaral para dar suporte para este processo. No parágrafo
22 1º do artigo 5º, o conselheiro Reinaldo propõe: "... eleito entre os integrantes da
23 referida comissão". Em regime de votação: Proposta 01. Manutenção da
24 proposta da comissão, 15 votos favoráveis. Proposta 02. "... eleito entre os
25 integrantes da referida comissão", 16 votos favoráveis, e, 00 abstenção, ficando
26 aprovado que o presidente da comissão será eleito entre os pares. Proposta da
27 comissão: inclusão do parágrafo 3º: "os membros da comissão organizadora não
28 terão direito a voto". Em regime de votação: 24 votos favoráveis, 04 votos
29 contrários, 00 abstenção. No artigo 6º o conselheiro Reinaldo retira seu
30 destaque. No artigo 8º o conselheiro Luiz Fernando esclarece que haverá a
31 substituição da palavra congresso para plenária. No artigo 11º o conselheiro
32 Claudeir propõe: inclusão do item "financiamento". Proposta 01. Manutenção da
33 proposta da comissão, 12 votos favoráveis. Proposta 02. "Inclusão do eixo



01 | financiamento”, 20 votos favoráveis, e, 00 abstenção, ficando aprovada a
02 | proposta 02. No artigo 12º o conselheiro Reinaldo propõe: composição dos
03 | delegados, 156 delegados usando como referencia o previsto no CONSUNI. A
04 | professora Vera justifica que foi pensado na participação paritária de todos os
05 | câmpus no congresso, garantindo a representatividade de todos com voz
06 | expressiva. O conselheiro Vinicius manifesta favorável a proposta da comissão
07 | garantindo o interesse de todos. O conselheiro Gabriel questiona como se
08 | garante a paridade por meio da proporcionalidade? O conselheiro Marcos
09 | informa que o campus grande tem problemas dos pequenos e também grandes,
10 | e, pensa que tem que ser proporcional. O professor Francisco lembra que no
11 | congresso se trata de políticas macros, e é preciso garantir a paridade a todos
12 | os câmpus. O conselheiro Claudeir explica que quando se aplica a
13 | proporcionalidade os câmpus grande sempre serão grandes e os pequenos
14 | “pequenos”. O professor Anderson manifesta que em princípio não ficou
15 | contente com a proposta da comissão, porém acabou acordando com a
16 | comissão garantindo a participação igual a todos. O conselheiro Milton Chicalé
17 | entende que no congresso deva ser paritário, para não haver prejuízos para os
18 | câmpus menores. O professor Rodrigo afirma que esta sendo discutida a
19 | representatividade para a Unemat e não para os câmpus, e que aqui não dá
20 | para se pensar em proporcionalidade. O conselheiro Alexandro faz a leitura do
21 | Estatuto que versa ser paritária. O conselheiro Marion manifesta que os câmpus
22 | pequenos tem muito a ensinar os câmpus grandes. Em regime de votação:
23 | Proposta 01. Manutenção da proposta da comissão, 30 votos favoráveis.
24 | Proposta 02. “composição dos delegados, 156 delegados usando como
25 | referencia o previsto no CONSUNI”, 05 votos favoráveis, e, 00 abstenção,
26 | ficando mantida a proposta original. Passe-se a apreciação do destaque no
27 | artigo 13º feito pelo conselheiro Reinaldo. O conselheiro propõe: “apenas o reitor
28 | como membro nato”. A comissão defende que o reitor e vice-reitor são eleitos
29 | juntos então se defende a proposição. O conselheiro Milton Chicalé afirma que o
30 | vice-reitor é figura importantíssima e que se deve manter a proposta da
31 | comissão. Proposta 01. Manutenção da proposta da comissão, 26 votos
32 | favoráveis. Proposta 02. “apenas o reitor como membro nato”. 02 votos
33 | favoráveis, e, 00 abstenção, ficando mantida a proposta original. Em destaque o



01 parágrafo único do artigo 13º. O conselheiro propõe: “acrescentar ao final entre o
02 1º e o penúltimo semestre”. A professora Vera propõe a seguinte redação: “que
03 o estudante que se candidatar tenha vínculo efetivo até a realização do
04 congresso”. Em regime de votação: 26 votos favoráveis, 00 votos contrários, e
05 01 abstenção. Em destaque o artigo 14º proposto pelo conselheiro Claudeir:
06 “que a eleição seja deflagrada pela ASSOC, com uma comissão local de
07 suporte”. A presidente afirma que não tem suporte para esta realização. Fica
08 sugerido pelo conselheiro Claudeir e pela mesa: o processo de escolha dos doze
09 delegados de cada unidade será conduzido pela comissão organizadora e,
10 parceria com as comissões locais indicadas pelos respectivos colegiados
11 regionais e sede administrativa, obedecendo aos critérios estatutários. Em
12 regime de votação: 29 votos favoráveis, 00 voto contrário, 00 abstenção. O
13 destaque do artigo 15º foi retirado pelo conselheiro Reinaldo. A professora Vera
14 esclarece que é preciso haver a inversão do artigo 19º em seguida ao artigo 17º.
15 Fica acrescida a LDB no rol de documentos, Plano Nacional e Plano Municipal.
16 O conselheiro Marcos manifesta que o que sobre são os incisos I e II que
17 sobem. A professora Vera afirma que o único inciso que deve subir seria o I, por
18 se tratar dos documentos bases. O conselheiro Adil propõe que o inciso I seja
19 parágrafo único do artigo 17. Em regime de votação: “deslocamento do inciso I
20 para o artigo 17 como parágrafo único”, ficando aprovado com 32 votos
21 favoráveis, 01 voto contrário, 00 abstenção. Em regime de votação: “inclusão da
22 letra m - LDB no rol de documentos”, ficando aprovado com 29 votos favoráveis,
23 05 voto contrário, 00 abstenção. Em destaque o artigo 23º parágrafo único feito
24 pelo conselheiro Claudeir. O conselheiro Claudeir manifesta que 50% mais um
25 dos votos dos delegados não é maioria simples, isto é maioria dos delegados e
26 não dos presentes. A presidente sugere alteração da redação: “50% mais um
27 dos delegados presentes”. O conselheiro Luiz Jorge esclarece que o correto
28 seria “metade mais o primeiro número inteiro”. O conselheiro Adil entende que
29 seriam 50% mais um dos eleitos, senão não teria representatividade. A
30 presidente propõe a inserção de um artigo após o 16º: “o seminário local,
31 seminário regional e a plenária do III Congresso Universitário somente poderão
32 se instalar mediante maioria absoluta dos delegados eleitos, e, as deliberações
33 aprovadas por maioria simples”. Em regime de votação: fica aprovada a inclusão



01 com 29 votos favoráveis, 00 voto contrário, 00 abstenção. Em destaque artigo
02 24º pelo professor Anderson Amaral sugere que deveria ter tese final ou
03 aprovada. A professora Vera pensa que seria as quatro teses resultantes dos
04 seminários regionais, que a ideia é não se fazer uma eleição e que estas sejam
05 discutidas, então, que se pensasse em ter uma tese de referencia ainda que ela
06 seja discutida e repensada, que não se trata de uma tese final, e sim para que a
07 partir dela seja discutido em plenária. O professor Rodrigo pensa que nos
08 câmpus seja elaborado pré-tese, no regional vai qualificar a tese, que vai para a
09 discussão para a plenária geral, como tese guia, e não necessariamente será a
10 tese final. A presidente acrescenta que a comissão organizadora precisa pensar
11 em GTs para estudos das teses. Em destaque o Anexo 02 das orientações -
12 Eixo 2, o conselheiro Claudeir pensa que seja pouco 10 páginas. A professora
13 Vera esclarece que não teria problema em alterar a numeração, a ideia é a
14 criação de um padrão. O conselheiro Claudeir acredita que no primeiro momento
15 seria ideal, porém no segundo e terceiro momento seja pouco. A professora
16 Vera esclarece que isto aqui seria um modelo de formatação metodológica. O
17 conselheiro Marcos afirma que não é papel do regimento dizer o que o
18 CONSUNI deve fazer isto já esta previsto no Estatuto. O relator afirma que é
19 apenas para reforçar. O conselheiro Tharles questiona o que o CONSUNI deve
20 fazer? Apenas homologar ou discutir? A presidente esclarece o questionamento
21 e pede para a retomada do eixo em destaque. Ainda no eixo 2, o conselheiro
22 Reinaldo afirma que não é nosso dever sobre o papel da FAPEMAT. A
23 professora Vera explica que se pensou em estabelecer uma relação do a
24 mesma. A presidente sugere a exclusão a letra “e”, do eixo 2, a letra “d” do eixo
25 3, e a letra “e” do eixo 4. Em destaque o Eixo 3 pelo professor Rodrigo. O
26 professor Rodrigo manifesta que não entende que seria preciso amarrar ou
27 deixar como sugestão para discussão. A presidente encaminha juntamente com
28 o conselheiro Reinaldo que se mantenham apenas os eixos. O conselheiro
29 Reinaldo esclarece que ficam a cargo as discussões. O conselheiro Marcos
30 afirma que seria bom que ficasse como referencias. Em regime de votação: “os
31 pontos elencados em cada eixo se tornem sugestões”, ficando aprovado com 30
32 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A comissão sugere que
33 sejam indicados suplentes na mesma quantidade, evitando prejuízos. Em regime



01 de votação: “suplentes” ficando aprovado com 30 votos favoráveis, 00 voto
02 contrário e 00 abstenção. Em apreciação o item 4.3 - Critérios de distribuição de
03 recursos da Administração Central para os câmpus Universitários. O relator pede
04 dilação de prazo, visto que os trabalhos não foram concluídos. Em regime de
05 votação: fica aprovada a prorrogação até a próxima sessão com 30 votos
06 favoráveis, 01 voto contrário, e 01 abstenção. Em apreciação o item 4.4 - Estudo
07 e reorganização da política de oferta de cursos do *Campus* Universitário de Alto
08 Araguaia. A relatora Gislaine pede a prorrogação do prazo frente a relevância da
09 matéria e a necessidade de se ter dados consistentes para serem discutidos. O
10 conselheiro Milton Chicalé afirma que já esta procurando um consenso com o
11 outro grupo para se chegar a um encaminhamento. Já o professor Isaac
12 manifesta que eles ainda não chegaram a um consenso. Reforma ainda que
13 hoje é o campus de Alto Araguaia quem vive isso, podendo ser outros câmpus
14 futuramente. A conselheira Gislaine esclarece que não foram constituídas para
15 discutir “Rondonópolis” e sim sobre alternativas de turmas diferenciadas, que
16 foram feitas quatro reuniões, sendo pública, e, esta solicitando prorrogação de
17 prazo por conta de ainda requer algumas outras discussões. A conselheira
18 Eveline manifesta que a questão de Alto Araguaia vem sendo discutida
19 amplamente, que não esta fazendo nada as escondidas, e que não ficou sob a
20 responsabilidade da comissão discutir Rondonópolis. O professor Rodrigo
21 esclarece que uma comissão anterior fez estudo e saíram duas propostas:
22 criação de dois cursos e criar Rondonópolis, porém foi criada outra comissão
23 para discutir valores. E aqui a comissão é para discutir outro ponto. Em regime
24 de votação: fica aprovada a prorrogação até a próxima sessão com 28 votos
25 favoráveis, 00 voto contrário, e 01 abstenção. O ponto de Pauta 06. Regimento
26 da Editora da Unemat, incluído inicialmente foi retirado pela mesa para posterior
27 apreciação do conselho. Em apreciação o Ponto de Pauta 07. Regimento para
28 remoção definitiva. O conselheiro Marcos em questão de encaminhamento
29 sugere que seja remetida para a câmara de gestão de pessoas. O pró-reitor
30 esclarece que a remoção definitiva é administrativa, assim tem a proposta de
31 edital contínuo, para remoção em 2016, que os pedidos por interesse do servidor
32 será incluído neste bloco conjunto. Em regime de votação: “encaminhamento da
33 minuta para a câmara de gestão de pessoas, e legislação”, ficando aprovada a



01 proposta com 32 votos favoráveis, 00 voto contrário, e 01 abstenção. Em
02 apreciação o Ponto de Pauta 08. Autorização de aumento de vagas para oferta
03 de duas turmas da educação indígena. O relator Adailton esclarece os senhores
04 conselheiros sobre a matéria, esclarecendo sobre os valores, convênios e ainda
05 sobre as parceiras para execução. O conselheiro Tales pede esclarecimento
06 quanto ao número de ingressantes, ficando esclarecido pelo relator o
07 escalonamento do ingresso. O professor Anderson Amaral ressalta sobre a
08 importância da educação indígena, e que os valores financeiros devam ficar
09 claro, e isto foi apresentado, que existe especificidades para a realização dos
10 cursos, e que algumas coisas possam ser implementadas em outros convênios.
11 O conselheiro Marcos pensa que é de grande relevância para a universidade, e
12 que os valores dos salários dos professores deveriam ser colocados como
13 contrapartida da universidade, e que os outros que vem que venham como
14 parcerias, que o carro chefe é a universidade. O conselheiro Ricardo manifesta
15 que não sente seguro para a votação, sem que tenha passado pelo CONEPE e
16 pela câmara. O conselheiro Luiz Jorge pede esclarecimento se esta sendo
17 votada a questão financeira com o aumento de vagas ou alteração financeira,
18 ficando esclarecido pela professora Vera. A presidente explica que alimentação
19 fica a cargo da SEDUC, professores pelo PARFOR e apenas a equipe do diretor
20 do programa que é pela Unemat. Em regime de votação: “aumento de 120
21 vagas”, ficando aprovada a proposta com 29 votos favoráveis, 00 voto contrário,
22 e 01 abstenção. Em apreciação o Ponto de Pauta 09. Calendário das reuniões
23 do CONSUNI. Encaminhamento: 1ª sessão em março, 2ª sessão em junho e 3ª
24 sessão em setembro. Em regime de votação: fica aprovada a proposta com 25
25 votos favoráveis, 01 voto contrário, e 00 abstenção. O conselheiro Milton Chicalé
26 manifesta que muitas coisas que o professor Isaac disse não condiz com a
27 verdade, e que não teve direito a voto, mas que serão feitas informações em
28 momentos oportunos. O conselheiro Ivan sugere que o CONSUNI seja
29 itinerante. O conselheiro Claudeir sugere que o próximo seja em Alto Araguaia.
30 Em regime de votação: “que o CONSUNI seja itinerante”, ficando aprovada a
31 proposta com 24 votos favoráveis, 01 voto contrário, e 02 abstenções. Que as
32 sessões sejam nas regionais. Em apreciação o Ponto de Pauta 10. Proposta da
33 Prefeitura de Rondonópolis para Reorganização dos Cursos em Regiões



01 | Estratégicas (Rondonópolis e Várzea Grande). Em regime de discussão o
02 | conselheiro Tales esclarece que membro da comissão que estuda Alto Araguaia
03 | e que ficará muitas atividades a serem realizadas e ainda existe a preocupação
04 | com recursos financeiros para deslocamentos. O conselheiro Milton Chicalé
05 | relembra os trabalhos já realizados anteriormente e que não foram aprovados
06 | por este conselho, que Rondonópolis só quer cursos clássicos, e que fica
07 | preocupado com os encaminhamentos, que já em viagem já sabiam que o grupo
08 | protocolaria outra proposta, e o que choca é que foi conversado sim com este
09 | grupo e que estava sim combinado um encaminhamento. A conselheira Gislaine
10 | esclarece que houve ascensão no ingresso acadêmico, que em decorrência da
11 | falta de infraestrutura e a falta de dinheiro a proposta seria oferta de turmas fora
12 | de sede em Alto Araguaia. Que tem princípios morais e cristãos e não se pensou
13 | em esconder nenhuma situação. A conselheira Solange Ikeda coloca que como
14 | a comissão que trouxe a carta foi embora ela se sente incomodada em estar
15 | discutindo a matéria. O conselheiro Adil não tem clareza de que posição tomar
16 | quanto a este assunto, pois ainda precisa de análise dos resultados dos
17 | trabalhos, e que a comissão ainda vai ser discutida aqui em outros momentos. O
18 | conselheiro Marion esclarece que a curva de ascensão é por conta do ingresso
19 | por histórico do ensino médio. O conselheiro Luiz Jorge entende que este
20 | conselho vai discutir matérias que não são acordos, e que hoje tem a questão de
21 | Alto Araguaia que não está sendo possível resolver, que o conjunto de forças
22 | deve apresentar uma proposta viável para solucionar o problema sendo
23 | sustentada pela maioria dos representantes do campus, que o conselho não vai
24 | decidir aqui. A presidente esclarece que a reitoria não tem decisão combinada
25 | com Colíder a proposta é deles, e que tem que encarar Rondonópolis, porém é
26 | preciso resolver Alto Araguaia primeiro, e que o conselho precisa sim decidir.
27 | Que a comissão do Araguaia tem que chegar aqui com uma proposta na
28 | próxima sessão. A proposta aqui discutida é que “vamos levar dois cursos para
29 | Rondonópolis”, mas isto é preciso ser decidido pelo campus. Que não se tem
30 | proposta alguma financeira para a abertura de Rondonópolis com ocorreu com a
31 | UEMS em Mato Grosso do Sul quando foi levada para Campo Grande. O
32 | conselheiro Adil afirma que este conselho precisa ter a capacidade de se
33 | resolver as questões colocadas, e que atua neste conselho em nome da



01 categoria, e que não combina voto, como foi falado pelo professor Isaac quando
02 aos acordos de Sinop e de Tangará. O conselheiro Tales explica que não se tem
03 nada combinado, que apenas houve discussões no campus, mas ainda deverá
04 ser elaborado documento a ser trazido para cá. O conselheiro Tales esclarece
05 que a proposta dos professores é a junção do curso com o curso de Cáceres,
06 porém isto não está definido, que ainda vai se discutir sobre o assunto. Se em
07 Cáceres não tem vaga, então é uma proposta inviável, que se tem uma
08 comissão constituída e esta vai começar a trabalhar. Em regime de votação:
09 “encaminhamento destes documentos à comissão já existente para tratar de Alto
10 Araguaia”, obteve 16 votos favoráveis, 03 voto contrário, e 02 abstenções. A
11 presidente propõe a composição de organização no III Congresso, ficando
12 indicados o docente Eveline, o técnico , e o discente Thiarles. O conselheiro
13 Thiarles sugere que seja suplente quem entrar no próximo mandato, ficando
14 acatado pela mesa. A presidente coloca que não é uma reitora de golpe, e que
15 havendo dissonância que venha tomar pé com a coordenação do CONSUNI,
16 que é preciso se ter coerência, respeito e sem sentenciar antes de qualquer
17 escuta, pede que se tenham cuidado nas redes sociais e nos corredores, que a
18 rede social não é o espaço para estas discussões, cuidado com informações
19 distorcidas, pois somos formadores, e, agradece a todos pelo trabalho, que as
20 pessoas vêm de longe e discutem horas sobre o mesmo assunto, que possamos
21 ter um final de ano com muita saúde e carinho. A presidente convoca o professor
22 Porto para informar como está composto o conselho administrativo da FAESPE.
23 O professor Marcelo cumprimenta a todos fazendo uma retrospectiva histórica
24 da fundação, com os problemas vivenciados em 2010 e 2011, apresentando a
25 grande procura no ano passado de diversos órgãos para trabalhar em parceria,
26 que hoje tem convênios com o Tribunal de Contas, Prefeitura de Rondonópolis
27 dentre outros, que assim é preciso se pensar numa regulamentação para que os
28 professores possam atuar em determinadas ações dando suas contribuições
29 junto a fundação. O professor Porto fala sobre o conselho administrativo da
30 FAESPE sendo ele o presidente, apresentando os demais representantes, que
31 houve uma primeira reunião, e já se começa um estudo de reestruturação da
32 fundação. O professor Wilbun apresenta uma síntese dos números desde 2012
33 da fundação, que muitas vezes as pessoas fazem uma leitura por não conhecer



01 a realidade da fundação. Que a fundação teve que arcar com despesas
02 trabalhistas, que houve duas pessoas que não terminaram a especialização e
03 entraram na justiça e como não se tinha comprovações, foi determinada pelo juiz
04 a emissão do certificado e ainda o pagamento de um valor de 135 mil para os
05 interessados. Esclareceu quanto à questão do curso de turismo de Cáceres.
06 Explica sobre os déficits advindos dos anos de 2012, 2013 e 2014. Que em 2015
07 houve um avanço na fundação, com as ações, trabalhos e convênios de grande
08 relevância. Explica quanto ao plano de trabalho de um convênio, sendo que
09 este apresenta o recurso oriundo do projeto e como vai ser aplicado, quais as
10 ações a serem desenvolvidas e em que período. Que o plano ao chegar à
11 fundação passa por apreciação e aprovação, que todas as instancias do campus
12 envolvidas no projeto devam ter conhecimento de proceder parecer favorável.
13 Que o coordenador realiza as despesas, encaminha para a fundação que faz a
14 execução financeira para posterior prestação de contas. Entende que a
15 prestação de contas deva ser assinada pelo coordenador do campus, que o
16 plano de trabalho hoje só sofrerá alteração se for para evitar prejuízos na
17 realização das atividades do projeto, o que antes poderia ser alterados a
18 qualquer momento. Ao término de sua explanação agradece a atenção de todos.
19 O conselheiro Tiago esclareceu que é acadêmico do curso de computação, setor
20 de computação na UNEMAT do Campus de SINOP, e que o curso começou em
21 2013 e ainda não teve acesso a prestação de contas do mesmo. Que a
22 prefeitura não faz os repasses, cabendo ingresso com ação judicial para
23 pagamento. O professor Wilbun manifesta que o valor de pagamento do
24 contador não é alto e sim irrisório frente as responsabilidades junto ao Ministério
25 Público e outros órgãos controladores. Quanto a transparência dos convênios
26 esta a disposição de todos os coordenadores dos projetos e do coordenador do
27 campus, cabendo também a estes levar informações aos interessados. Que a
28 fundação tem apenas quatro funcionários sendo pouco e ainda que esta sendo
29 providenciado a divulgação por meio de sistema. O professor Marcelo informa
30 que em relação ao curso de computação a prefeitura deixou de repassar mais de
31 12 meses, e que foi realizada duas visitas em SINOP no ministério público para
32 fazer o termo de ajustamento e resolver esta situação. Que em relação as
33 turmas fora de sede fica complicado pela troca de prefeitos, onde entra pessoas



01 com outros entendimento, deixando de cumprir o convênio, que já foi notificado
02 extrajudicialmente a prefeitura onde foi dado um prazo para o repasse à
03 fundação, caso não seja cumprido será regressada a ação judicial. Mas que os
04 alunos não estão tendo prejuízos e irão se formarem do mesmo jeito. O técnico
05 Amir de posse da palavra reforça a questão da transparência, e que a
06 transparência digital da fundação não funciona, que a transparência é para todos
07 e não apenas para os coordenadores. Que em muitos casos é preciso chegar
08 por vias judiciais, para se atingir objetivos, ou seja que a universidade cumpra
09 com a legalidade. Que terá uma reunião com o ministério público e que sempre
10 tenta dialogar, porém se tem resultados. Que sempre ouve dizer que esta se
11 engatinhando a um bom tempo na universidade. O professor Marcelo esclarece
12 que o mesmo não deixa de ter razão quanto ao site oficial da fundação, porém
13 isto não tem custo baixo, e, que agora esta sendo possível remodelar o site e em
14 curta espaço de tempo se pretende alimentar este site com a possibilidade de
15 contratação de uma pessoa para alimentá-lo. Manifesta que todos tem o direito
16 de buscar informações dentro da FAESPE, requisitando documentos,
17 recentemente recebeu a visita de um promotor de justiça e que se espera que
18 tão logo possa estar colocando no site informações de todos os convênios.
19 Manifesta que é preciso se mexer nas normas para que professores e técnicos
20 possam participar das ações desenvolvidas pela fundação. Solicita que seja feito
21 um estudo nas regras internas da universidade neste sentido. O professor
22 Wilbun manifesta que existe a possibilidade de contar com os serviços de
23 técnicos e docentes para participar. O professor Rodrigo afirma que a fundação
24 pode ajudar a resolver as questões regionais e a universidade hoje precisa se
25 redescobrir com novas ações. O conselheiro Tales coloca que esteve estudando
26 com o professor Marcelo e a professora Ana quando ao pagamento de bolsas, e
27 pede informações sobre este assunto. O conselheiro Ricardo questiona sobre a
28 minuta de atividades esporádicas. O professor Porto esclarece que já esta sendo
29 discutida a questão das bolsas. O conselheiro Marion esclarece que a equipe da
30 fundação é muito pequena para dar conta de todas as ações, que esta tem
31 parceiros que possam estar somando com a universidade, que se pode
32 esquecer o que foi avançado. A presidente agradece aos professores Wilbun,
33 Marcelo, e Alexandre Porto pelo trabalho que vem realizando frente à fundação,



01 | e que se possa espelhar nas melhores fundações, e que se façam todos os
02 | esforços possíveis para melhorar esta fundação, e que todo o problema de
03 | transparência seja sanado em prol da melhoria da fundação. Agradece a todos
04 | e, nada mais havendo, a Presidente declarou encerrada a sessão e, eu, Silvana
05 | Mara Lente, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada pelos conselheiros,
06 | segue devidamente assinada.